

Onde começa o império*

Enéas de Souza

Economista da FEE.

Resumo

A questão é compreender a crise do capitalismo nas suas faces econômica e política, num mesmo movimento de análise qualitativa. Essa busca de inteligibilidade da atual crise tem como ponto central a hegemonia unipolar e imperial dos Estados Unidos.

Palavras-chave

Capitalismo; política e economia; hegemonia norte-americana.

Abstract

The question is to understand the capitalism crisis in its economic and political faces in the same qualitative analysis movement. This intelligibility search of the present crisis has as a central point, the imperial and singular hegemony of the United States.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 18.12.02.**

O século XXI começou de modo cruel e fascinante. A crueldade é absolutamente visível sobre a face do planeta, basta olhar para as misérias da África e do próprio Brasil e para a guerra expandindo-se do Afeganistão até o Iraque. O

* O autor agradece a Pierre Salama, Mario Dehoeve, Isaac Johsua, André Scherer e Paulo Nakatani, que discutiram pontos desenvolvidos neste trabalho, sem, no entanto, participarem dos erros e equívocos de análise e interpretação eventualmente cometidos. Um agradecimento especial a Pierre Salama pelo convite para participar do grupo de estudos GREIDT da Universidade de Paris-XIII.

fascínio, como um filme de Hitchcock, vem de que estamos num momento histórico decisivo, assistindo, pela mídia e também na realidade do dia-a-dia, as modificações substanciais de uma nova etapa da história do mundo. E há um terceiro nível, onde avulta uma aposta, a aposta dos Estados Unidos, materializada na aspiração e no desafio do Império Único, um jogo arriscado de Unipolaridade sem igual, uma idéia que freqüentou, no século XX, a poderosa Alemanha.

A complexidade do que vivemos atualmente passa por um quadro que poderia ser capturado por uma idéia singular, expressa num romance de Oscar Wilde, **O Retrato de Dorian Gray**. Esse romance tem uma dupla face. De um lado, o personagem central, elegante e cheio de exuberância física, transita pela sociedade e pelo mundo, fazendo não importa o quê — flanando, dentre outras coisas —, nunca envelhecendo e mantendo o seu garbo e o seu viço por anos e ciclos de relações sociais. Poderíamos dizer que ele continua em pleno fulgor, mesmo com algumas crueldades que comete. De outro lado, pintado por um amigo, Dorian Gray guardava num quarto escuro o seu próprio retrato, o fascínio, onde sua beleza tinha se desenhado como uma verdade da existência. O tempo sabidamente passa, a intriga avança, e o leitor, sempre socrático, sempre indagando, começa a se perguntar: o que oculta o quarto fechado?

Quando chegamos ao final do romance, o segredo desvela-se, o quarto mostra a verdade de Dorian Gray, pois o retrato é uma metáfora. Olhamos a figura totalmente transformada — o rosto com rugas, cicatrizes e cortes —, quase shakesperiana, de um Macbeth mundano, banhado de crimes e sangue, numa geografia visual que se expressa como uma ética. Por que lembramos o romance de Oscar Wilde? Essa é a pergunta sobre a qual não fazemos suspense, pois a resposta adquire evidência imediata. O romance, por si só, funciona também como metáfora, uma metáfora da realidade mundial dos dias de hoje. Tivemos, na década de 90, o esplendor do capitalismo financeiro nas sinuosidades da Bolsa e estamos, agora, bombardeando Bagdá, na busca de um unilateralismo insólito. Podemos dizer que Alan Greenspan, falando da economia, colocou extremamente bem a rutilante etapa das recentes finanças. Disse ele que fomos da “exuberância irracional” à “infecção contagiosa”. Mas o percurso, agora, está atravessando o quarto escuro, lugar da “guerra preventiva”, o *dark side*, onde uma guerra é o laboratório para uma nova ordem mundial, onde uma nova estratégia de solução econômica e política do mundo está em gestação. O filme chama-se Onde Começa o Império.

1 - O morro dos ventos uivantes

Nosso objetivo neste artigo é mostrar, do **ponto de vista qualitativo**, o que está acontecendo na economia — crise do capitalismo — e a saída, até agora proposta, de reformulação do econômico, com a tentativa de soluções que passam pelo Estado e pela política. Dito de outra forma, o que está em jogo, como uma nau dilacerada e beligerante, é o caminho de uma nova etapa da mundialização, onde a economia e a política dialogam como cantores de uma ópera ou como personagens de um velho romance do Ocidente. No entanto, é preciso pôr esse diálogo num enquadramento mais amplo, já que estamos vivendo um período histórico de transição inquietante. Temos crise para todos os gostos e para todos os especialistas, por isso é preciso inserir a crise atual dentro da sociedade como um todo. Temos pelo menos cinco crises: uma crise econômica, uma crise política, uma crise simbólica, uma crise ética e uma crise civilizacional.

A primeira crise, a econômica, desdobra-se em função do superinvestimento norte-americano, de uma excessiva excitação das Bolsas dos Estados Unidos, de uma baixa persistente e sistêmica da taxa de lucro, de um conseqüente tombo no investimento, de uma crise do modelo empresarial e de uma derrocada na condição dos trabalhadores. Por seu lado, a crise política apresenta as seguintes facetas: uma eleição norte-americana duvidosa, um ataque terrorista a Nova Iorque, o lançamento de uma guerra contra países tíbios, um escândalo econômico de proporções que revela um Estado imerso na corrupção, uma aliança multipolar em ruptura, a ONU esfacelada, etc. Já a terceira crise, desprezada teoricamente por muitas áreas das ciências sociais, a crise simbólica, tem um conteúdo grave, porém de muito longo prazo, a derrubada de um símbolo fundamental dos Estados Unidos, a grandeza, a potência e a revelação de um segredo visível depois de 11 de setembro: a vulnerabilidade do seu poder. Um autor de teatro poderia escrever uma peça com o título de O Terror Dormiu lá em Casa, por isso é preciso inventar um poder incomensurável aos terroristas e lançar um combate ostensivo e prolongado a eles. A ruptura do simbólico compensa-se com a construção de uma força. Na quarta crise, de origem ética, o que está em jogo é certamente o problema dos valores, uma vez que as relações mercantis, suas normas e seus princípios passaram a dominar exaustivamente as relações humanas em todas as esferas. Como resultado, o cinismo progrediu mais amplamente do que as fraudes contábeis e a especulação financeira; tornando-se universal, arrastou para a sua companhia a degradação moral, como Dom Quixote era acompanhado por Sancho Pança. Quanto à quinta crise, a crise de civilização, há inúmeros itens a assinalar: a evidência de que esse domínio dos valores mercantis, numa escala jamais proposta, percorre questões

de todas as ordens. Drogas, poderes paralelos aos governos, pauperização de enormes áreas do planeta, destruição da qualidade de alimentos, irrupção aguda de problemas ambientais, substituição da cultura pela banalização da mídia, etc. são os exemplos mais salientes. George Soros (1998) já escreveu sobre o assunto, inquietando-se com a presença total do “fundamentalismo de mercado” em toda a sociedade. Para os limites do nosso trabalho, o que estará em discussão se restringe aos aspectos econômicos e políticos do que está em transformação, a ordem política e econômica internacional.

Embora a sociedade seja global, vamos nos situar na relação entre economia e política, pois uma crise econômica, sobretudo uma crise do sistema capitalista, não pode ser analisada, e muito menos solucionada, sem a correspondente realidade política. O impasse econômico — focado na economia líder dos Estados Unidos — não é capaz de resolver-se por si mesmo; a política tem que o amparar, arranjando estratégias políticas e políticas econômicas indispensáveis para a ultrapassagem da questão. Como dizia Ignacio Rangel, o ciclo econômico só se relançaria outra vez quando os acordos políticos necessários estivessem implantados.

2 - Longa jornada dentro da noite

Comecemos pela crise econômica. Como dissemos no parágrafo anterior, o centro de nossa análise está na configuração e nos resultados da economia norte-americana. Sem ela, somos incapazes de compreender a crise do capitalismo, já que materializou, na década de 90, toda uma forma avançada do capital, onde as finanças tiveram um papel decisivo. Ao longo do processo, elas articularam um novo tipo de empresa, com um modo de instituição que estabeleceu uma conexão feliz, produzindo uma combinação singular, **uma combinação micro-macro do capital**, uma combinação permanentemente integrada. E o que se construiu teve a aparência de uma correia de transmissão, que desempenhou um papel de grande avanço, já que ativou a relação Bolsa-corporação diariamente, como se fosse uma grande roda-gigante. Houve um entrelaçamento excitante desses dois pontos, de tal maneira que fez luzir uma nova figura da economia, a *corporate governance*, que, com a crise, revelou a sua face embaraçante.

2.1 - O nascimento de uma estrutura

A hegemonia da forma financeira do capital — e Hilferding (1970) fala-nos profusamente dela — começa com a separação, via ações, de uma parte móvel e abstrata do capital da parte concreta e fabril, de tal modo que possa se descolar da órbita produtiva e realizar um itinerário e um circuito original numa outra esfera, a esfera financeira. Nesse sentido, o primeiro grande passo das finanças foi este: desapegar-se da base da produção e do mercado de mercadorias e construir todo um caminho que leva à montagem de um mercado específico. Ora, isso não é sem repercussões. A principal delas, além da dupla esfera de valorização, é o alargamento e a ampliação, em escala geométrica, de um mais veloz crescimento do capital das empresas, já que as citadas finanças diversificaram, como uma cabeça de Medusa, as áreas de operação.

Assim, o primeiro momento, a criação da Bolsa de Valores, foi, sem dúvida, permitir duas coisas, tanto a possibilidade de financiamento — com a participação de outros personagens, de outros capitalistas, como acionistas no negócio empresarial — quanto o crescimento financeiro da própria empresa por aplicações na esfera das finanças privadas ou públicas, a partir do capital-dinheiro ocioso no caixa da companhia. Marx dizia que a produção exalava, constantemente, resultados monetários que ficavam parados no interior dos negócios. Por isso, o capital inventou o mercado financeiro e a Bolsa de Valores. E, assim, o capital deixa de ficar estático, aventura-se em outros ares, torna-se uma semente líquida, um rio caudaloso e fértil, porque o dinheiro passa a correr num circuito especial, de valorização instantânea, multiplicando-se com facilidade. É preciso reafirmar, com preciosa ênfase, que a valorização se garante, agora, por duas correntezas, a produtiva e a financeira, tornadas independentes. Ou seja, na primeira hora do triunfo das finanças privadas, o que marcou essa mudança histórica do capitalismo foram dois aspectos: a descolagem de uma parte da dinâmica do capital da área produção-mercado de bens; e o encaminhamento desse capital, numa trajetória solta, autônoma, para um circuito em que deixasse de ser um capital improfícuo e se transformasse num elástico de dinheiro gerando dinheiro. O resultado lembra a lenda do rei Midas e leva a hegemonia indistigável do financeiro ao jogo do sistema.

No centro oculto do processo de valorização, há um elemento que atua na margem, mas que se torna cada vez mais fundamental, e que está também no mercado de produto, que é a especulação, mas que é restrita nessa esfera, em função das condições físicas da realização dessa órbita. No mercado de ações e de títulos, a especulação introduz-se como a esperteza básica do circuito, pois o valor dos ativos não precisa guardar uma relação efetiva com qualquer coisa. Ela pode passar a ser uma formidável máquina de criação de riqueza

abstrata, que se mantém como um sonho e, muitas vezes, por meio de boatos até o momento em que alguém, como nos jogos de carta, pede para ver. O capitalismo passa, dessa forma, a ter duas crises, a financeira e a produtiva, e o desastre, a longa noite do capital, é quando as duas crises se combinam, dando origem a uma crise do próprio sistema, do próprio capitalismo.

2.2 - As finanças correm nas veias da empresa

A etapa atual do sistema capitalista teve um avanço modelar, já que, agora, a financeirização deu um passo mais largo, fazendo com que as finanças entrassem até à dinâmica operacional da empresa através da implantação desse modelo chamado governança corporativa, *corporate governance*. Com ele, as finanças, que, de um modo geral, tinham o seu apropriado roteiro na esfera de títulos e ações, fizeram uma transformação e infiltraram-se na aparente carapaça da organização empresarial, via efeito reverso das ações sobre a empresa. Trata-se de seguir o princípio de máxima valorização delas, de tal forma que o problema da empresa não é mais a sua trajetória de longo termo, mas uma questão de curto prazo, ou seja, como inflar o valor acionário, como proporcionar o maior rendimento possível de cada ação. A Bolsa tem como primeira finalidade o financiamento das corporações e, por esse intermédio, ampliação das suas fontes de recursos, aumentando, em contrapartida, o chamado direito do proprietário de ações, que é um direito de renda. O acionista tem apenas um interesse, o incremento da possibilidade da retribuição pecuniária, o aumento do valor da ação. Mas, para que isso se efetivasse, o capitalismo financeiro teve que fazer uma reforma profunda na estrutura da empresa. Como um pássaro ávido e cansado de voar, como uma águia a querer ser infinitamente saciada, o financeiro entrou no coração da empresa, mais precisamente no conselho de administração, estabelecendo o predomínio no pensamento da empresa para a promoção e a exigência de valorização acionária, alvo que o conselho, representando os acionistas, repartiu com os diretores da empresa. A cenoura indispensável para fazer movimentar a máquina era colar os diretores com as propostas do conselho. A solução foram as *stock options*, que passaram a fazer parte dos salários dos executivos, posição que foi se avolumando, tanto e com tal força, que o engenho chegou a atingir, para alguns, 80% da sua remuneração.

A tentativa foi a de evitar a separação entre o capitalista dono do capital e o capitalista em funções, de tal modo que o conflito entre acionistas e diretores fosse superado pela identidade de interesses. Certamente, uma parte desse conflito foi superada e com um adendo: a política da empresa passou a ser voltada não para a produção que desse maior lucro e, por consequência, que

remunerasse a mais os direitos de propriedade; ao contrário, infiltraram-se as finanças no raciocínio da administração, no dia-a-dia, inclusive operacional, da empresa, já que as ações são cotadas diariamente na Bolsa, o que equivale dizer que ocorreu a entrada da Bolsa no chão-de-fábrica. Trata-se de um modo de dizer, mas significa que a estratégia da empresa passou a ser financeira. Deixou-se de lado a diversificação da produção, concentraram-se esforços no atual negócio da firma, eliminaram-se os centros negativos de custos — agora medidos pela valorização do centro —, bloqueou-se a dispersão dos recursos em P&D e procurou-se não entrar em novos campos tecnológicos, etc. A estratégia da firma reduziu-se do longo ao curto prazo, e o horizonte da administração e das companhias variou da jornada diária aos resultados do ano. Ao mesmo tempo, para que o valor por ação aumentasse, a empresa passou a ter também uma estratégia financeira de comprar as suas próprias ações, chegando ao mercado acionário e forçando, com essa manobra, a elevação do preço das mesmas, o que favorecia, de imediato, os acionistas. A contrapartida era o endividamento; porém o objetivo parecia saudável, a busca da maximização do valor da organização. Quando a Bolsa despencou, evidenciou-se um endividamento sem aplicações produtivas, um endividamento apenas financeiro, cuja magnitude crítica se fez clara no longo percurso da empresa.

Isso serve para mostrar, portanto, dois pontos enlaçados: a aliança dos acionistas com os diretores e a financeirização da corporação, tanto no nível operacional como no nível não operacional da empresa. Para aumentar essa característica do processo, criou-se, também, no nível dos assalariados, além da combinação de salário e ações, o caminho de uma aposentadoria através da participação em fundos de pensões, que, atuando no mercado acionário, proporcionariam ao empregado um melhor futuro, em função do crescimento dos rendimentos das ações de sua empresa e das demais empresas do sistema. Ou seja, a pretensão do atual capitalismo financeiro foi envolver o trabalhador no processo de valorização do capital, de tal modo que, fazendo uma sinergia de esforços, de acordo com a estratégia de financeirização de todos os aspectos da empresa, o capitalismo adquirisse a dinâmica do moto perpétuo, terminando o incômodo e desagradável ciclo econômico. **O atual processo de financeirização teria, no entanto, um objetivo ainda mais amplo: unificar o capital e o trabalho em torno do sucesso financeiro do capital, anulando igualmente, nesse sucesso, a dessimetria entre o acionista e os executivos.**

2.3 - Parêntese para colocar as contradições

Fazemos um parêntese para colocar a dolorosa reforma que deve efetuar o capitalismo financeiro nesse nível micro-macro. A contradição entre os proprietários do capital, os acionistas, mais especificamente os fundos de pensões, os capitalistas em função e os executivos parece insolúvel. **A grande realidade dessa contradição é que fica vago o posto de proprietário do capital no interior da empresa.** A presença dos acionistas no conselho de administração não provoca um comando decisivo, diário, que hegemonize operacionalmente os donos do capital. Ao contrário, marginalizados do dia-a-dia e tendo provocado a financeirização da corporação, logo, a maximização do valor acionário, os acionistas deixam a direção solta, esvoaçante nas mãos dos executivos. Estes, se têm interesses comuns com aqueles, são detentores de *stock options* e, portanto, aspirantes, também, à maximização citada, só que, além disso, possuem outros objetivos, em função do mercado de sua profissão, de sua carreira. E, não tendo praticamente quase nada a ver com a propriedade do capital, a sua lealdade é limitada. Dessa forma, uma proposta de transformação que partisse para um aperto dos acionistas visando concentrar mais ainda o poder é complicada e quase tosca. Talvez, seguindo uma variante, uma presença maior destes nas companhias pudesse dar um certo vigor no comando e no controle das atividades, mas a liberdade dos executivos continuaria enorme, principalmente se considerarmos a sua competência em comparação com os acionistas e mesmo com diretores não-operacionais indicados por estes. Assim, o que parece trágico nessas duas modificações é que elas têm um sabor de capitalismo clássico. A dificuldade seria ter um pulso forte, ou seja, ela clama por um antigo dono que articule e integre a estrutura empresarial. Essa idéia é saudade do capitalismo industrial, nostalgia de antes da emergência do capitalismo financeiro. Finalmente, haveria a suposição de que os intermediários financeiros pudessem assumir a figura do proprietário-dono, o que nos forneceria uma concepção insuficiente, uma vez que provocaria, igualmente, um retrocesso na dinâmica do capital. A divisão entre proprietários e dirigentes tem a função de possibilitar ao proprietário uma liberdade para que funcione sem os entraves das coisas materiais da produção. O capital financeiro precisa dessa agilidade e dessa independência. A retomada do comando empresarial pelos intermediários financeiros acabaria por representar uma volta atrás, um passo de recuo, acrescido do problema da incapacidade desses intermediários de dirigirem a empresa de fato, mesmo contratando executivos, o que traria novamente ao teatro de operações o atual conflito que possibilitou a excessiva liberdade dos dirigentes.

Porém o que se pode expressar nessa crise é que o itinerário seguido pelo capital financeiro chegou a um novo impasse, pois, ao introduzir as finanças nas

atividades operacionais da empresa, ao inserir nas operações das companhias a necessidade de valorização das ações, acarretou uma reversão da proposta normal do capitalismo, aquela de orientar para o longo prazo o capital produtivo. Tudo passou a ser financeirizável, o que equivale a dizer que as corporações abdicaram da estratégia de duração ampla para ficarem no curto período. E isso desnortou fortemente a empresa, desde a atuação dos executivos, a diversificação de produtos, a pesquisa em novas tecnologias, o desenvolvimento de P&D até o ambiente dos negócios, do qual falaremos adiante. Dessa forma, a crise do capitalismo financeiro joga-nos na necessidade de encontrar caminhos para o desenvolvimento produtivo, pois o sucumbir da órbita financeira, pela queda das Bolsas e pela perda substancial de valores líquidos só pode ser contornada pela retomada da esfera produtiva com a retomada dos investimentos. Mas esse capitalismo onde as corporações concentraram e focalizaram suas atividades em determinado tipo de produção deixou escapar, como já dissemos, pela falta de diversificação, de novas pesquisas tecnológicas, etc., uma gama de possibilidades de inversões. E, se acrescentarmos a tremenda crise de confiança sistêmica em administrações corruptas, em controles suspeitos, em contabilidades fraudulentas, etc., constataremos os obstáculos que se antepõem às compras e às fusões de outras frações do capital, o que significa uma certa dificuldade para centralizá-lo, o que entrava a sua dinâmica. Pois o capitalismo só avança concentrando e centralizando capital. E, como o limite dessa fase chegou, a rota a seguir terá que ser a de uma reforma tanto mais difícil, porque precisa ser negociada por sobre a forte concorrência das corporações.

A questão do trabalho parece menor, embora traga inquietações. Primeiro, é menor justamente pela impossibilidade de ele entrar soluções do capital, mas inquietante por causa de sua insatisfação, com o desapontamento desse capitalismo popular dominado por fraudes e engodos no interior das empresas. Segundo, porque, dada a flexibilidade salarial, além da diminuição eventual da renda e da ameaça de desemprego, a questão da aposentadoria se tornou aguda, considerando-se a queda do valor acionário e o reflexo desta sobre a rentabilidade dos fundos de pensões. Naturalmente que esses problemas, em princípio econômicos, se tornam políticos. E vamos encontrar aqui um enlace com a questão do terrorismo. Com o capitalismo permanecendo em crise, o afastamento da discussão dos temas laborais não só concentra a atenção dos trabalhadores em outros assuntos, como dá tempo para que o capital encontre as possíveis soluções na área econômica.

2.4 - Das finanças nasce o esplendor da moeda

Após esse parêntese, nosso ponto agora é fazer uma ligação da economia micro e da macro e avançar para uma compreensão da dinâmica da atual fase do capitalismo. Para uma visão como a nossa, o que move a economia são as decisões operadas na zona das finanças privadas, mas que deve ultrapassar a sua limitação e se tornar universal, ou seja, valer para todos. Temos, então, a primeira grande decisão, algo que une economia e política, e trata-se da definição da moeda. É preciso estabelecer uma moeda em que os capitais e os cidadãos, para não dizer consumidores, tenham confiança. Trata-se de algo complexo. Não se trata, como nos asseguram Michel Aglietta e André Orléan (2002), de uma hipótese mimética, de que a preferência por uma moeda se dê por imitação, ao contrário, é algo que pode ter um componente mimético de confiança, mas que surge pelo estabelecimento de um equivalente geral imposto pelo capital e pelo Estado, por um lado, e que tenha a confiança da população ou do mundo, por outro.

A decisão de um sistema monetário é uma decisão que se dá na história, porém feita de uma lógica oriunda da base mercantil do sistema capitalista. Significa que a dinâmica da troca de uma mercadoria por outra culmina na constituição da forma dinheiro. Essa forma nos diz que todos os bens e serviços vendidos são pagos por um equivalente geral. O ponto decisivo é, portanto, quem ocupa esse posto. Essa é uma análise formal que está inscrita em qualquer etapa do sistema capitalista, porque ele é um sistema de base mercantil. Sobre essa estrutura se constrói a história. Assim, por exemplo, mesmo quando a libra se tornou a moeda de troca generalizada, ela chegou a essa posição guardando uma relação de paridade com o ouro, que ocupava o lugar do equivalente geral. A história evolui, e, após o acordo de Bretton Woods, depois da Segunda Guerra Mundial, o dólar assumiu o lugar da libra, podendo ser trocado pelo ouro numa relação fixa e determinada. Na verdade, todas as moedas dos países tinham uma paridade com este, só que foram abandonadas, até que apenas o dólar conservou a sua vinculação. Para a normalidade do comércio internacional, todas as moedas se compunham em torno da moeda norte-americana, até que, em 1971, numa célebre decisão, o Governo Nixon rompeu a paridade dólar-ouro.

Aqui começa a história moderna do capital financeiro. Em seguida da decisão do Presidente norte-americano, ocorreu uma relativa anarquia monetária, com três moedas disputando a hegemonia. Emergiu uma multipolaridade centrada no dólar, no marco e no yen, até que, noutra famosa decisão, o Presidente do FED, Paul Volker, resolveu aumentar violentamente a taxa de juros interna da economia norte-americana e garantir que o dólar retomasse o que, na verdade, nunca tinha perdido, a posição de ser o padrão monetário internacional, recolo-

cando-o como hegemônico. Só que é preciso verificar a mutação extraordinária que se precipitou. O abandono do padrão dólar-ouro desmaterializou completamente o sistema, na medida em que a posição de equivalente geral ficou sem a referência de uma mercadoria-dinheiro. **E o sistema monetário passou a ser auto-referencial, ou seja, o dólar acabou por se vincular a si mesmo, ocupando o posto, agora vazio, de equivalente geral. E o fez com uma mágica específica, com a medida financeira da taxa de juros.** Dessa forma, o cenário mudou, porque, para que essa realidade se tornasse efetivamente realidade, houve a combinação do poder do Estado e do poder da economia de bens e serviços norte-americana, com um adendo: a medida utilizada é uma medida que vem das finanças e que sustenta, por um lado, o título básico e mais seguro de toda atividade econômico-financeira, o título do Tesouro norte-americano, e, por outro, faz com que todas as taxas de juros da economia mundial se perfilarem em torno da taxa paga por ele.

Compreendamos, agora, o triunfo absoluto do capital financeiro. Em primeiro lugar, financeirizou a visão do próprio Estado, pois o cume da soberania norte-americana se fixou numa moeda hegemônica, cuja estrutura é montada em cima da taxa de juros, que permite o endividamento do Estado norte-americano. Uma moeda totalmente autobalizável. Em segundo lugar, é preciso ver que a decisão política da constituição dessa moeda veio do FED e, portanto, marca, dentro do próprio Estado, a hegemonia financeira. Em terceiro lugar, essa financeirização da moeda permitiu reconstruir o sistema financeiro internacional com nova arquitetura. Em grossas linhas, o Estado norte-americano aglutinou, em torno dos títulos do Tesouro, a poupança mundial, sobretudo a japonesa e a européia. Ao mesmo tempo, a economia norte-americana, reorganizando a produção, diversificando os tipos de ativos financeiros para as aplicações mais arriscadas e para o desenvolvimento da especulação, buscou afanosa e progressivamente a desregulamentação empresarial e financeira, instaurando o princípio absoluto do mercado. Os Estados Unidos elaboraram, sob a égide do capital financeiro, uma era de esplendor, uma “era Dorian Gray” — a beleza das finanças no seu próprio existir. Finalmente, cabe constatar uma dialética entre a economia e a política. A economia financeiriza o Estado, mas é o Estado que garante a economia. E, assim, o princípio do mercado só sobrevive como realidade e como princípio por decisão e ação do Estado. A economia usou a política, e a política incorporou a economia para sustentar a era do neoliberalismo econômico, o movimento que sustentou a total liberdade dos capitais.

A confiança na moeda, o que é então? A confiança na moeda pode ter um componente de mimetismo, ou seja, de imitação dos participantes da economia pelo desejo de uma determinada moeda, no caso atual, pelo dólar. Mas ela está fundada, em verdade, no poder de um Estado — poder político, poder financeiro,

poder militar, poder judicial — que organiza uma sociedade de base industrial, mercantil e de serviços, indiscutivelmente a primeira do mundo. A hegemonia financeira nessa economia e nesse Estado instaura uma moeda auto-referencial, emitida e sustentada publicamente pelo referido Estado e que é garantida permanentemente pelo próprio desempenho global dessa economia. A decisão original de impor o dólar como moeda mundial dependeu do contínuo comportamento da economia norte-americana, ou seja, a confiança veio do desempenho. E, assim, o desempenho pôde fazer com que houvesse convergência das empresas, dos assalariados e da população em geral para a confirmação do sucesso e a confiança nessa moeda. Dito de outro modo, a confiança é um círculo virtuoso, passa do Estado para a população e desta para o Estado. Ou, ainda, a financeirização da moeda decidida pelo Estado é assegurada pelos mercados de bens e serviços e retorna a ele através das performances destes, o que mostra o bem fundado da opção do Estado pela própria financeirização. E é a partir desse fundamento — a garantia do poder do Estado e da economia norte-americana — que surge o desejo mimético em relação ao dólar.

3 - A roda da fortuna e a graça do sistema

Traçamos dois sólidos aspectos do sistema capitalista do momento. O primeiro é a estrutura da corporação, com as suas oposições e as tentativas de conduzi-las para um projeto unificado, evitando que brote uma tensão e que estraçalhe e esgarce a estrutura da firma e, por extensão, o sistema. Não podemos usar aqui as categorias da economia que dividem os fatos em micro e macroeconômicos. O que temos aqui é uma forma do capital, a forma oriunda da hegemonia das finanças, de tal modo que a estrutura da corporação **é tanto micro como macro**. Significa dizer que essa forma é posta pelo capital como aquela capaz de responder à atual dinâmica da economia. O segundo é a hegemonia sobre o Estado e a sociedade que estabelece o capital financeiro, a ponto de ele próprio construir uma moeda — esta a partir do próprio Estado —, e todos os seus substitutos privados vinculados à moeda eletrônica, que fortaleça na sua fragilidade a desmaterialização monetária, ponto fundamental para explicar a alucinante velocidade de realização do capital.

Há que fazer rodar esses aspectos e tentar descrever os seus enlances, as suas cadeias e os seus encadeamentos para que possamos penetrar nas razões por que a fortuna e a graça do sistema encontraram a fatal presença da crise, sobretudo dessa intitulada crise de confiança. Podemos nomear essa realidade

chamando, de um modo geral, de ambiente dos negócios, porque essa atmosfera está impregnada do perfume da atividade empresarial, de onde exala o odor do dinheiro.

O ambiente dos negócios é febrilmente expresso nas Bolsas, sobretudo nas Bolsas norte-americanas, porque a respiração do capital se dá pelo movimento das ações. Uma Bolsa que se respeite tem ao menos três funções: a de financiamento das empresas, a de valorização diária das corporações e a de reestruturação empresarial. Como uma quarta função, que muitas vezes assume o primeiro lugar, está a especulação.

A especulação é uma forma de garantir recursos substanciais para os que vêem uma oportunidade de aumentar seu capital dentro do sistema e de modo muito rápido. Ela faz parte dele; para alguns, tem até um efeito benéfico. Enquanto a dinâmica mais geral do capital, incluindo produção, mercado de produto, mercado de serviços, mercado financeiro, mercado cambiário, etc. vai bem, a especulação apenas dá uma excitação extra. Todavia, quando se aproxima do final do ciclo financeiro, é um dos elementos que ativa esse final e se torna desastrosa. No entanto, está sempre presente nos andamentos da Bolsa. Vejamos qualquer análise de longo prazo do movimento dos preços das ações relacionado com o lucro. A especulação atuando sobre a gula dos investidores para aumentar seus lucros força para cima os preços no jogo das cotações, de tal modo que a relação preço/lucro vai subindo estratosféricamente. Há sempre alguém que pede as contas, e o castelo especulativo desaba sobre os incautos e sobre a população em geral. E, nesse castelo, habitam o *crash* e a depressão. A especulação traumatiza as outras funções, criando a impossibilidade imediata da retomada, porque afeta o financiamento das empresas, traz a valorização dos ativos empresariais para baixo, e, observando os distúrbios bursáteis no atual ciclo, constatamos problemas de todas as ordens, inclusive contábeis, que culminam por inibir fortemente as reestruturações em Bolsa. Destrói de dentro, do magma financeiro, o estatuto básico da economia, que é a confiança. Ou seja, a especulação aproveita-se do bom clima das atividades para transferir renda sob a ilusão de lucros fictícios permanentes, até que o colapso da Bolsa, com seus estragos, evidencia que essa transferência já foi feita e que o caos acabou por se instalar.

4 - O perfume dos negócios

Os Estados Unidos vivem um ambiente de desconfiança, onde o mundo dos negócios está sob suspeita, como se a mulher de Cesar não primasse nem por ser honesta, nem por parecer. E como poderia? Olhemos bem todas as fa-

ces deste cubo. O odor dos negócios duvidosos está por toda parte. E o reino encantado da especulação trouxe uma desordem no mercado financeiro, mas com um acréscimo de grande potencial explosivo: o enlaçamento da corrupção no interior do clima das atividades econômicas. É preciso descrever a enorme casa dos sonhos do capital e as labaredas que consumiram os quartos, as salas dessa casa. Vai o desarranjo desde os meandros da empresa até a regulação do sistema. Há toda uma cadeia de relações que afetaram o dia-a-dia e que revelaram a face negra da confiança. E é preciso olhar esse tumor, porque, sem examiná-lo, não há possibilidade de cura. É algo que acontece naquilo que circunda a empresa. Podemos colocar os pontos tensos, os pontos que vão tratar de evidenciar a sua periculosidade e que vão fazer da atmosfera dos negócios um ambiente mal-cheiroso.

Vamos enfatizar: a análise desses elementos é extremamente importante, os economistas geralmente os abandonam, sem os levarem em consideração. Por quê? Porque macroeconomicamente não parecem relevantes. Todavia, nessa nova estrutura do capitalismo dos anos 90, dado que a desregulamentação do sistema foi regra, essas novidades têm que ser levadas em conta. Houve o encaixe e o engate do micro e do macro, e a faixa de rolamento da estrada do capital passa de modo contínuo de um ponto a outro. A instantaneidade da valorização do capital enlaça a Bolsa e a corporação, pois o enlaçamento da empresa no conjunto da atmosfera das corporações passa a ser um elemento **estrutural** da análise. Sem essas figuras do ambiente, perde-se no entendimento. Mas pode-se ir um pouco mais longe. As transformações da próxima economia terão que encontrar soluções para esses problemas. O capitalismo, do jeito que está, não volta mais, atingiu uma zona de *no return*. Terá um espaço para criar; ou muda, ou não avança. E, para mudar, terá que alterar a estrutura.

4.1 - Atrevidos lançamentos da contabilidade

A organização do ambiente foi algo que manteve com aparente segurança todo o organismo do capitalismo norte-americano. Para o bom funcionamento da empresa como do próprio mercado acionário, uma das peças-chave chamava-se contabilidade. Esse elemento permitiria que brotasse para a própria empresa e para o mundo empresarial uma gama de informações sustentando o seu desempenho, bem como dos seus centros de atividades, assegurando dados e números adequados para a elisão de possíveis conflitos entre proprietários e dirigentes. No mesmo movimento, a contabilidade dava também uma orientação para as Bolsas, sobre custos, lucros, endividamentos, aplicações de capitais, etc. **Era a prática e a ideologia da transparência.** Pois o que se viu foi exata-

mente o contrário: a contabilidade tornou-se inventiva, criativa e imaginária, fazendo passar empréstimos por receitas, custos por investimentos, etc. Quando surgiram os equívocos propositados e a descoberta deles, instaurou-se uma onda terrível de desconfiança. E tudo sob os olhos cúmplices das auditorias contábeis das mais custosas, que estavam mais interessadas em outra coisa, em negócios de investimentos e aplicações, já que atuavam igualmente no aconselhamento financeiro. Isso implica dizer que o mercado de acessórias contábeis, que é um oligopólio, funcionava como uma enorme rede de negócios, de trânsitos de informações e de burla coletiva, porque era das confirmações contábeis que o mercado financeiro tirava informações para as suas aplicações.

4.2 - As notas que alimentavam as fraudes

Uma ligação importante das empresas com o mundo dos investidores pode ser constatada através da relação que elas têm com as agências de *ratings*, aquelas agências que fazem e dão nota para corporações, órgãos governamentais e, inclusive, países. Elas fornecem essas notações a partir, sobretudo, das informações oriundas de balanços e comentários inseridos nestes pelas acessórias contábeis. Ora, pode-se ver o perfeito enlace da fraude; se a origem é mentirosa, as avaliações são distorcidas. Mas o grave dessa situação está noutro ponto. Essas empresas não investigam as demonstrações dadas pelas corporações. Há como que um conluio entre os participantes, pois as recomendações oferecidas aos clientes dessas agências vão sem a verificação e a constatação do dado original. Ora, quando isso passa para os bancos de investimentos, que também trabalham em cima dessas notações e reforçam certas orientações aos aplicadores, eles estão consolidando a cadeia da fraude. E essa ruptura da confiança é profunda, porque, no final do processo de colapso da Bolsa, se observou que esses bancos e essas agências não acreditavam mais nas suas informações. No caso da Enron, uma semana antes de ela quebrar, não havia alerta quanto à credibilidade das suas ações. Assim foi com a Worldcom, assim foi com a confiança na economia norte-americana.

4.3 - Nem sempre as boas notícias são boas

Quando se descreve o rastro da pólvora, não há como, no mundo contemporâneo, deixar de sublinhar o papel da mídia, tanto do jornalismo especializado como dela na sua totalidade. Pois um capitalismo que se convencionou chamar de patrimonial e popular teve acentuada ênfase por causa da divulgação dos inú-

meros êxitos e pela constante exposição em noticiários de resultados e performances das Bolsas. Basta ver o livro de Robert Shiller (2002) **A Exuberância Irrracional**. De repente, o mundo ficou absoluta e pronunciadamente financeiro. Desenvolveu-se toda uma valorização do mercado de ações, do papel extraordinário das empresas, das personalidades dos homens de negócios, do êxito e da fortuna de aplicadores e uma glorificação excepcional de todo o sistema e do capitalismo norte-americanos. Uma onda de patriotismo levava os investidores à Bolsa, e o crescimento desta alimentava o agora renovado patriotismo. Há que perceber que a decisão de Paul Volker de construir o dólar forte se estendeu no tempo — dos anos 80 aos 90 —, causando, no encerramento do século XX, um sucesso inigualável.

Mas, como diz o samba brasileiro, quanto maior o coqueiro maior o tombo, principalmente se a semente do fruto estava apodrecida. Com isso, apareceu, logo que houve a falência da Enron, a constatação de que há que ter ética e confiança para que os negócios do capitalismo financeiro sejam prósperos. O que se viu foi que, sim, havia um clima de confiança, gerado pelo crescimento fantástico da economia norte-americana e pela enorme máquina que constitui o clima dos negócios, onde a mídia cumpriu exemplarmente o seu papel. Entretanto a confiança é uma atmosfera que pode ser construída em cima de uma burla, de um engano, de uma fantasia que esconde uma voluptuosa e degradada monstruosidade (como mostrou David Lynch no seu notável filme **Mulholland Drive, Cidade dos Sonhos**). E a sucessão de fraudes de toda ordem, emergindo após 2001, trouxe algo impensável, que a economia estava ligada a questões éticas decisivas, o que permite ver que não só de equações, econometria e cálculos financeiros é feito o universo das finanças. Ou seja, a economia não faz parte das ciências exatas como os profetas do capital financeiro sempre manifestaram. Louvando o caráter científico da economia, os homens das finanças criaram um mundo imaginário, para fazer daí lucros e acumulação de capital. Sim, fizeram, mas a crise tornou-se sistêmica, e nas mínimas ligações, porque tudo é micro-macro simultaneamente. Essa crise surgiu junto com o tumor da figura profunda da ética, como um limite inexcedível das atividades humanas, mesmo que seja a economia.

4.4 - A regulação que dormiu no ponto

Apesar de altamente desregulamentado, o capitalismo não se institucionaliza sem controle, sem vigilância. É indispensável que haja a presença do Estado para que o comportamento de certos mercados seja adequado. Se, no campo da moeda, o trabalho de Alan Greenspan tem sido habilidoso para segurar, con-

tornar e desatar a crise, se o Tesouro perdeu bastante em flexibilidade na passagem de Rubin para Paul O' Neill e depois para Snow, o controle da Bolsa através da Securities and Exchange Commission (SEC) navegou em águas excessivas. A primeira questão coloca-se para o cargo de Presidente da SEC, que geralmente é escolhido entre alguém que vem do mercado. Isso é extremamente crítico, uma vez que as suas decisões ficam, muitas vezes, restritas a soluções caseiras, que alguns poderiam chamar de compadrio. Quer dizer que lobo não come lobo, o que assegura um tratamento expressamente benevolente para colegas e para corporações. Dois casos são exemplares: o caso Bush na Hagen, quando seu pai era Presidente, onde o inquérito sobre o uso de informações privilegiadas não foi adiante, e, sobretudo, agora, quando o penúltimo Presidente da SEC era originário da Arthur Andersen, empresa que se desagregou junto com a Enron.

Em segundo lugar, como derivado dessa primeira realidade, o aperfeiçoamento do controle e das regras fica demasiado dependente tanto da idéia de limite da regulamentação, que os grandes empreendimentos e os grandes especuladores não desejam, como da necessária moderação no controle das próprias regras estabelecidas. O caso da Enron foi igualmente típico; pouco antes de explodir a falência, a própria SEC não tinha praticado nenhum tipo de intervenção.

O que vemos aqui é que, de um lado, o ambiente dos negócios favorecia o fluxo de informações fraudulentas, mas, de outro, a SEC, que deveria controlar, era, no mínimo, conivente por sua fiscalização precária. Aqui a descrição começa a entrar em um novo ponto, que é o da regulação e o da constituição das suas regras, ou seja, mostra-se problemático o núcleo visível do liberalismo estatal. Expressando de maneira distinta: o tema inquietante é o do papel do Estado e a sua capacidade regulatória.

A SEC é o ponto de inflamação da regulamentação do Estado. A hegemonia das finanças na economia, como já assinalamos, avança no campo político, e o seu propósito, a "mão de Midas", é fazer com que o Estado colabore fundamentalmente com os sucessos lucrativos. Dessa forma, a idéia exclusiva é a desregulamentação de todo o edifício econômico, de cima a baixo, ou seja, abrange controles mínimos sobre a Bolsa, sobre a movimentação de capital (inclusive para paraísos fiscais), sobre a capitalização da previdência social, sobre a flexibilização do trabalho, etc., com o pretexto tentacular de que o capital consegue resolver adequadamente os problemas da sociedade. Essa ideologia do capital financeiro que o Governo norte-americano, seus órgãos nacionais e supranacionais veiculam se mostrou ineficaz para o próprio capital financeiro. Pois, senão, vejamos: retornemos ao famoso conflito, que analisamos em outra parte do texto, entre os proprietários do capital e os executivos. Por falta de controle mais estrito, um dirigente de uma corporação podia vender suas ações

e só comunicar à SEC 90 dias depois. A presente regra foi uma das causas de uma espetacular manobra que muitos executivos norte-americanos fizeram. Sabedores, porque conheciam a “cozinha da casa”, com perfeita noção da contabilidade, antecipando a iminência de quebra, venderam suas ações na alta, realizando lucros espantosos. Ou seja, o jacaré mordeu a própria cauda.

Naturalmente, essa crise insinua algo que os capitalistas não estão dispostos a aceitar. Um problema profundo para as finanças, a capacidade de produzir uma hegemonia sem que cause uma atrapalhação para si. E o principal: cimentar a sociedade com a chancela da confiança. E é o Estado a abóbada dessa arquitetura, a instituição que garante a plena fluidez do capital e da sociedade. Figuram, assim, como especialmente decisivos os órgãos regulatórios da economia, principalmente o FED, em primeiro plano, e a SEC no nível das Bolsas. Ora, quando a promiscuidade entre o Estado e o mercado é excessiva, porque o mercado privatizou o próprio Estado, como foi o caso da SEC, e esta tem presidente, que, vindo do mercado, pensa pelo mercado e não para todo o capital, e sobretudo para a sociedade, o Estado começa a estar em questão. Não há mais direção no barco. Quando a regulação é tão frouxa, sem regras que abarquem uma transparência extensa para o mercado e para a sociedade em geral — contabilidade; informações privilegiadas; empréstimos aos sócios e dirigentes; venda de ações; notícias convenientes sobre lucros, tecnologia, operações financeiras; etc. —, a crise de confiança está sempre na ponta da linha. E o Estado passa a estar em causa. O barco fica pronto para afundar. Quando não existem regras punitivas que detenham manobras explicitamente fraudulentas, o sistema passa a estar em crise prolongada, porque não há Estado que passe sem justiça. O barco precisa ser reformulado, ou ele afunda.

5 - Da dinâmica nasce a crise do Estado

O capitalismo financeiro, em sua fase atual, dominou a sociedade com suas formas estruturais e fenomênicas descritas acima, produzindo, no seu processo, dois pontos-chave, a governança corporativa e a moeda construída pelas finanças. Trouxe uma dinâmica que articulava **Finanças, Novas Tecnologias de Comunicação e Informação e Mídia** como núcleo propulsor de toda a atividade econômica e formou um sistema, encadeando os demais setores, que se realimentou e se espalhou dos Estados Unidos para a Europa e para o Japão, criando uma sinergia fantástica entre essas economias. De tal modo que a complementaridade entre elas revelou, além da sincronia cíclica das economias do Primeiro Mundo puxadas pelos Estados Unidos, uma construção monetária, o euro. Teoricamente, esta permitiria uma alternativa ao dólar e passaria a dar ao

capital financeiro uma elasticidade para empregar uma e/ou outra. Naturalmente que se trata de uma construção importante, com a peculiaridade singular de que o euro é o resultado de uma união de países europeus, que seguiu, nos primeiros dois anos, a moeda norte-americana. Mas, em momentos de desvalorização relativa desta e de necessidade de reformulação da economia dos Estados Unidos, o euro pode ser usado, estrategicamente, na posição de reserva de valor. Com essa capacidade, a flexibilidade indispensável aos movimentos financeiros seria mantida, mesmo que o euro não seja o resultado de uma união política ao estilo de um Estado.

Mas a crise norte-americana, crise do núcleo tramado em torno das finanças, provocou a ruptura do feliz ciclo econômico dos anos 90. De um lado, por causa da queda dos valores das ações, e, de outro, porque estas sucumbiram à dimensão cadente dos lucros. A alegria da especulação seguiu o mesmo itinerário do desabamento dos preços no mercado financeiro e do mergulho negativo da lucratividade. Ou seja, a crise prosperou como uma mancha de óleo no oceano do capitalismo. Quando a economia se desarruma, abre-se uma forte competição política entre os grupos sociais e econômicos para dominar o Estado, pois ele também entra em crise. Ou seja, o desarranjo bursátil, financeiro e produtivo conduziu a uma intensa e hostil luta econômica, bem como a um danado enfrentamento político. É preciso ter claro, antes de tudo, que a economia, para se transformar, carece de decisões políticas novas, para reorganizar, via um projeto nacional e uma política econômica diferente, as estratégias que vão permitir uma distinta configuração do núcleo dinâmico da acumulação. Com suspeitas cavalgando, ocorreu, nos Estados Unidos, uma vitória política de Bush, uma vitória dos conservadores republicanos.

6 - O admirável mundo novo

Logo, há um projeto em marcha. **Um projeto que só foi possível por causa da desagregação da União Soviética.** A primeira idéia concretiza-se no campo político através da transformação dos Estados Unidos em Império Único, com uma proposta política de hegemonia absoluta, o unilateralismo. E, acoplado a esta, uma segunda, a constituição de um novo núcleo dinâmico na economia, interligando **Energia (principalmente petróleo)-Indústria Bélica-Indústria de Construção Civil Não Residencial.** E, a partir do movimento desse núcleo, espera-se encadear todo um conjunto de indústrias nos níveis nacional e internacional, com o objetivo da reativação da atual economia estagnada. Dentro desse processo, haveria um reposicionamento. As finanças ficariam pelo menos num certo *stand-by* até a plena maturação desse modelo. O que se

constata no momento é que, primeiro, se altera a dinâmica, no bojo de um movimento político-militar e econômico, e, depois, reformula-se a forma atual do sistema nos seus diversos aspectos: a relação micro-macro, a relação Bolsa-corporação, a governança corporativa, a questão do curto e do longo prazo, etc. O parto da História não se faz sem violência. Parece ser uma verdade que se confirma mais uma vez, pois a consumação desse projeto precisa passar pela ação militar e pela guerra. O futuro está nessa figura: tempestade sobre o mundo, tempestade sobre o Oriente Médio.

Passamos a desenhar os contornos desse projeto. A partir da desarrumação do terreno social, com a economia em processo crítico e a política mudando de mãos e ânimo, o importante era explicitar ideológica e politicamente o norte. Após 11 de setembro, o cenário facilitou o lançamento do caminho, passando à elaboração prática da política. Não importam aqui as hesitações da definição dos objetivos, a intermitente arquitetura da estratégia, as oscilações na retórica dos eventos, o jogo de esconde-esconde das intenções, o custo de afrontar o mundo com o próprio projeto; o que vale é o resultado, a linha que passa a mostrar as tendências de uma determinada situação. Dessa forma, é preciso realçar e nuançar essa trajetória.

A passagem do multilateralismo ao unilateralismo e o desenho do Império navegam em cima da ideologia da liberdade e do liberalismo, e se faz concreta nas proposições da doutrina Bush, da qual se salienta o seu ponto bélico fundamental, “a guerra preventiva”. Esta, na verdade, estabelece o direito de soberania absoluta dos Estados Unidos, jogando todos os demais Estados na posição de soberanias menores, “soberanias subordinadas”. Ela suprime, com som e fúria, o princípio fundamental do direito internacional de autonomia das nações. A gravidade dessa enunciação, um imenso maremoto, é que ela está baseada na força, na inarredável concepção de que o poderio militar e econômico norte-americano lhe dá o direito de organizar o mundo como lhe aprouver. E o terrorismo, que afeta e afetou profundamente o país líder, o Primeiro Mundo e os povos livres e pacíficos, sobretudo no pós 11 de setembro, serve de motivação para uma tentativa aguçada de elaboração de um projeto de erradicação do mesmo, um pouco ampliado, inclusive, e trabalhado sobre a idéia do “eixo do mal”. Não se pode dizer que é um itinerário de guerras, mas pode-se supor que seja um roteiro de conflitos, onde a guerra não é um elemento descartável (ao menos enquanto os republicanos continuarem no governo e não houver resistências inarredáveis nos Estados Unidos e/ou no mundo à política conservadora).

A articulação dinâmica no núcleo explicitado tem um encadeamento curto com os demais setores da economia. Além do mais, é preciso renová-lo, repeti-lo, e, dessa forma, a expansão econômica, para se desenvolver, talvez se in-

cline pela expansão da guerra. Nesse sentido, com a sua ordenação e o seu equilíbrio, o Oriente Médio, instável quase por natureza, é um bom lugar para fortalecer uma sustentação dessa estratégia. A questão econômica passa, assim, por uma solução que transita do curto para o longo prazo. Ou seja, o problema é como constituir uma economia que recupere a taxa de lucro, amplifique fortemente o investimento, desate a inovação por toda a estrutura produtiva e incremente a produtividade, puxando tanto a economia norte-americana quanto a mundial, quer no aspecto produtivo, quer no aspecto financeiro. E, aqui, chegamos à pergunta-chave: como equacionar — para unir o presente ao futuro — a dinâmica econômica com a estrutura profunda, em desordem, da governança corporativa?

Quem vai tão longe num projeto desses trabalha para unificar e dividir as nações em prós e contras. Assim, toda a discussão diplomática sobre o desarmamento do Iraque jogou com duas realidades opostas: o assentimento coletivo das nações (sobretudo das tradicionais aliadas: França, Inglaterra, Alemanha, etc.) e a partida dos Estados Unidos para uma ação isolada. Como este último procedimento venceu (o resultado das negociações e as votações do Conselho de Segurança ajudaram), **houve ruptura de um equilíbrio, construído sobretudo por Clinton, do sistema político internacional**. A derrota diplomática norte-americana levou-os à guerra. E serviu para anunciar, definitivamente, que o Império estava em marcha. E, obviamente, começava a sua ação pelo Oriente Médio, com grande aprovação do povo de seu país, e foi à guerra com reforço mais expressivo da Inglaterra de Blair, mas não dos ingleses, e da Espanha de Aznar, mas não dos espanhóis.

Por que o Oriente Médio?

O Oriente Médio é o começo dessa nova etapa da hegemonia norte-americana. Por uma razão geopolítica, sim, mas vinculada ao petróleo. Naturalmente, não é por causa do consumo imediato que ocorre essa guerra de conquista, mas pela razão de poder controlar a segunda reserva petrolífera do mundo. Ou seja, ao projetar o desenvolvimento de um núcleo dinâmico econômico centrado nesse produto, “a velha economia”, é fundamental que ele tenha uma reserva expressiva e que possa mantê-la por longo tempo — e a preços convenientes. Dito de outra forma, busca-se uma ação estratégica decisiva para assegurar indefinidamente um equilíbrio no Oriente Médio. E isso passaria por um domínio militar dispensável, se as comunidades árabes aceitassem o modo democrático da política ocidental, ou seja, “comércio e democracia”, um dos lemas do neoliberalismo norte-americano. Se isso fosse possível imediatamente e sem guerra, haveria a superação da ocupação bélica e resolveria o problema do equilíbrio na região. O que torna complicada essa trajetória é a cultura árabe, com as suas formas possíveis de representação política. Se a hipótese da conexão **Império-núcleo dinâmico econômico** é correta, a direção evolutiva da História

passará por uma tentativa de seguir a trajetória do complexo do **eixo do mal**. Está nesse esboço o desenho do projeto de hegemonia absoluta, que passa pela montagem do itinerário do Império e por sua articulação com uma ultrapassagem da paralisia da economia norte-americana.

Uma conseqüência fatal desse projeto será, sem dúvida, a transformação da ONU e do seu Conselho de Segurança, pois ela estava desenhada, desde logo, para solucionar questões da Guerra Fria. Após a queda da União Soviética, foi adaptada para a etapa do multilateralismo clintoniano. Naturalmente, agora, num lago mais tumultuado, o período proposto de uma hegemonia absoluta organizará o mundo com outras funções e outros encargos. É preciso acrescentar, então, que há todo um reordenamento político a ser feito e ainda não decidido. Por exemplo, como se distribuirão as alianças européias, sobretudo com a Europa dividida? E obviamente, como conseqüência, qual será o futuro da União Européia? Por outro lado, na extensão desse projeto imperial, é indispensável começar a indagar e a pensar o papel da Ásia, o papel da América Latina e, sobretudo, esse projeto crítico da ALCA. Ao mesmo tempo, pode-se perguntar para onde irá a África em termos econômicos, políticos e sociais. Perguntas que vão no rastro e no desdobramento do lance norte-americano de desligamento de uma liderança multipolar. Modificado o objetivo, muda-se o projeto básico e, a partir dele, estabelece-se uma série pragmática de eventos visando à consecução do projeto efetivo. Isso quer dizer que há um acontecimento ímpar, a Guerra do Iraque, que marca o deslindamento dos Estados Unidos da liderança ocidental compartilhada da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria. Chegamos, assim, à janela escorregadia da Unipolaridade.

7 - O futuro segue a dinâmica das contradições

A opção da Unipolaridade põe a nu inúmeras contradições, e somente a dinâmica e a evolução delas definirão a formatação do mundo contemporâneo. São tantas e tão múltiplas que sequer as enunciar talvez seja possível. Essencialmente, devemos expressar as decisivas, que se ancoram nessa passagem para o Império e para um possível e novo núcleo econômico. Ei-las:

- a) contradição entre o Estado e o governo. Alguns aspectos são imperiosos, como, por exemplo, a regulação, a arquitetura internacional das finanças, as zonas econômicas, o aumento e a diminuição dos poderes estatais do tipo União Européia, ALCA, NAFTA, etc.;
- b) contradição entre o curto e o longo prazo. Qual a capacidade do novo núcleo dominante de definir uma sustentação prolongada da economia norte-americana e das demais economias do mundo?

- c) contradição entre o unilateralismo absoluto — inevitável do ponto de vista militar e da ideologia — e o multilateralismo desejável da economia, da diplomacia e até mesmo da política. Que papéis terão a ONU, o Conselho de Segurança, a Europa, a Ásia e a América Latina? A África terá uma perspectiva?
- d) contradição entre a atual organização da empresa norte-americana que perdeu a confiança dos investidores e algo novo que supere as questões das fraudes, do controle dos dirigentes diante dos acionistas, etc., ou seja, como serão resolvidas as contradições montadas em cima da governança corporativa?
- e) contradição entre a gerência militar da guerra e as necessidades de renovação do capitalismo norte-americano;
- f) contradição entre a produção e as finanças: qual o papel do dólar e do euro, como se desenvolverá essa contradição?
- g) contradição entre a ideologia liberal, que envolve liberdades econômicas, financeiras, culturais, políticas e sociais, e o liberalismo da força, onde o domínio ideológico se soluciona em guerra e num modelo midiático e unipolar da cultura;
- h) contradição entre os sistemas previdenciários atuais e as negociações para futuros previdenciários distintos para os trabalhadores.

8 - O retrato de Dorian Gray como questão do Império

No romance de Oscar Wilde, Dorian Gray faz uma vida soberba e brilhante na aparência e continua a ser um homem formoso, belo e permanentemente jovem. No entanto, as contradições de sua vida, das quais as pessoas falam mal na surdina, vão se materializando no quadro: rugas, manchas de sangue, travos de amargura, etc. Ou seja, há dois mundos: aquele em que Dorian Gray anda, vive e cintila, e um segundo, cheio de marcas, crises, adversidades, etc. Do seu modo, o capitalismo tem essas duas facetas: uma, a do êxito, dos ganhadores, dos lucros, das finanças, das novas tecnologias, etc; e outra, a do Iraque, da África, do Terceiro Mundo, dos problemas ambientais, do desemprego, da fome, da miséria, etc. Ou seja, o retrato de Dorian Gray vem nos lembrar que, no capitalismo, não existe um mundo único e sem problemas. Ao contrário, problemas fazem parte dos seus negócios, mas a questão é que os primeiros, na realidade de hoje e do capital, são sistematicamente excluídos das pautas das soluções tanto pela economia como pela política. Então, a figura aparentemente única se

parte entre o homem vistoso e nobre e o retrato em processo de decomposição. O interesse nessa lembrança do livro de Oscar Wilde é, inclusive, o seu final. Desesperado por não poder se transformar, por não unir a beleza e a passagem do tempo, Dorian Gray vai até o quarto onde escondia o retrato e, diante do horror da figura encontrada, não se detém e o esfaqueia. Ocorre, então, uma surpresa: não é a figura pintada quem sofre o efeito da punhalada, pois quem morre é o personagem principal. Como Dorian Gray e o comunismo real, o capitalismo parece ter entrado em rota de decomposição. Daí a questão fundamental, a união do homem e do retrato, o que quer dizer, ou o capitalismo encontra uma saída de reformas inovadoras, sem as veleidades de uma autopublicidade requentada, ou entrará na direção de uma trajetória desagregadora, que poderá ser longa, mas inexorável — a trajetória de Dorian Gray.

Referências

- AGLIETTA, Michel. **Macroéconomie financière**: 2. Crises financière et régulation. Paris: La Découverte, 2001. 120 p.
- AGLIETTA, Michel. **Macroéconomie financière**: 1. finance, croissance et cycles. Paris: La Découverte, 2001. 122p.
- AGLIETTA, Michel; MOATTI, Sandra. **Le FMI, de l'ordre monétaire aux désordres monétaires**. Paris: Economica, 2000. 287 p.
- AGLIETTA, Michel; ORLÉAN, André. **La monnaie entre violence et confiance**. Paris: Odile Jacob, 2002. 379p.
- BOYER, Robert; SOUYRI, Pierre-François. **Mondialisation et regulation**: Europe et Japon face à singularité américaine. Paris: PUF, 1998. 311p.
- BRAGA, José Carlos Souza. **Temporalidade da riqueza**. Campinas: UNICAMP, 2000. 342 p.
- CHESNAIS, François. **La mondialisation du capital**. Paris: SYROS, 1994. 286 p.
- CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique; WALLRSTEIN, Emmanuel. **Une nouvelle phase du capitalisme?**. Paris: Editions Syllepse, 2001. 125 p.
- CONCEIÇÃO, Maria; FIORI, José Luis (Org). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. 411p.

FIORI, José Luis (Org). **Estados e moeda no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. 492p.

FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos. **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. 344p.

GLUCKSMANN, André. **Dostoievski à Manhattan**. Paris: Robert Laffont, 2002. 279p.

GRAY, John. **Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. São Paulo: Record, 1999. 333p.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição do estudo da política internacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS: Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 166p.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 501p.

HERRERO, Alicia Garcia; GLÖCKLER. L'Amérique Latine face à la mondialisation: union monétaire régionale ou dollarisation. **Problèmes d'Amérique Latine**, Paris: Secrétariat General du Gouvernement, n. 41, p. 93-111, avril/juin, 2001.

HILFERDING, Rudolf. **Le capital financiere**. Paris: Minvit, 1970. 490p.

JOHSUA, Isaac. **La crise de 1929 et l'émergence américaine**. Paris: PUF, 1999. 311p.

KLINDEBERGER, Charles P. **Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KRUGMAN, Paul. **Internacionalismo pop**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 213p.

L'ANNÉE DE LA RÉGULATION. Économie politique du développement. Paris: Association Recherche et Régulation, La Découverte, n. 3, 2001-2002.

L'ANNÉE DE LA RÉGULATION. État et politique économique. Paris: Association Recherche et Régulation: Scinces Po, n. 5, 1999.

LORDON, Frédéric. **Fonds de pension, piège à cons. mirage de la démocratie actionnaire**. Paris: Raison d'Agir, 2000. 126p.

MOSCOVICI, Pierre. **L'Europe une puissance dans la mondialisation**. Paris: Seuil, 2001. 238 p.

MUSSA, Michael. **Argentina y el FMI: del triunfo a la tragedia**. Buenos Aires: W. P. Publications: Planeta, 2002. 160p.

NYE JÚNIOR., Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002. 293p.

ORLEAN, André. **Lê pouvoir de la finance**. Paris: Odile Jacobs, 1999. 275p.

PASSET, René. **L'illusion néo-libérale**. Paris: Fayard, 2000. 287p.

PLIHON, Dominique. **Le nouveau capitalisme**. Paris: Flammarion, 2001. 128p.

SADER, Emir (Org). **ALCA: a integração soberana ou subordinada**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001. 248p.

SALAMA, Pierre. Les nouveaux paradoxes de la libéralisation em Amérique Latine. **Problèmes d'Amérique Latine**, Paris: Secrétariat Générale du Gouvernement, n. 41, p. 71-91, avril/juin., 2001.

SCHILLER, Robert J. **Exuberância irracional**. São Paulo: MAKRON Books do Brasil, 2000. 272p.

SOROS, George. **A crise do capitalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 315p.

SOUZA, Enéas Costa de. **Capital e dinheiro: um estudo sobre a diferença entre a forma dinheiro e a mercadoria dinheiro**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 1992. 56p. (Teses: 15)

STIEGLER, Bernard. **La technique et le temps**. 3. Le temps du cinéma et la question du mal-être. Paris: Galilée, 2001. 330p.

STIEGLITZ, Joseph E. **El malestar de la globalización**. Buenos Aires: Aguilar, Alter, Taurus, Alfaguara, 2002. 348p.

WALLESTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 315p.